

PSICOLOGIA JURÍDICA: TEORIA E PRÁTICA EM UM PROGRAMA DE MONITORIA

PAULINO, Layla R. S. R.¹
AMORIM-GAUDÊNCIO, Carmen²

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/ Departamento de Psicologia/ Monitoria

RESUMO: O campo da Psicologia Jurídica é relativamente recente se considerarmos sua institucionalização, tendo em vista que apenas em 1984 foi decretada a lei de execução penal do Brasil, que institucionaliza o cargo e a especificidade da Psicologia Jurídica ao tornar este profissional um técnico especialista responsável pela realização de avaliações do comportamento, personalidade e criminalidade, além da elaboração de perícias. Este trabalho objetivou descrever a prática realizada no programa de monitoria da disciplina Psicologia Jurídica oferecida pelo Departamento de Psicologia. A partir da monitoria foi possível discutir a respeito das atividades exercidas, das propostas sugeridas e dificuldades apresentadas durante toda a disciplina, bem como se buscou encontrar melhorias no desenvolvimento da mesma. Este projeto proporcionou melhores condições de desenvolvimento e empenho na aprendizagem dos alunos na disciplina, uma vez que ao término do período letivo verificou-se que os alunos apresentaram entendimento dos conteúdos e temáticas abordados em sala, considerando que 90% do total de alunos foram aprovados, sendo os 10% restante reprovados por falta (2) e por desistência (2). Observa-se assim, que o projeto de monitoria facilitou o processo de aprendizagem dos alunos, tirando suas dúvidas e aprofundando os seus conhecimentos nas temáticas abordadas. Neste sentido, conclui-se que os objetivos propostos para disciplina foram alcançados, tendo em vista que os alunos corresponderam satisfatoriamente às temáticas trabalhadas e às discussões em sala. Ademais, possibilitou ampliar os conhecimentos e o interesse da monitoria na área da Psicologia Jurídica.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia jurídica, monitoria, iniciação a docência.

INTRODUÇÃO

O campo da Psicologia Jurídica é relativamente recente se considerarmos sua institucionalização. Assim como na Espanha, a área gozou de maior crescimento e visibilidade por volta da década de 1980. Isso porque foi em 1984 que foi decretada a lei de execução penal do Brasil, que institucionalizava o cargo e especificidade da Psicologia Jurídica ao tornar este profissional um técnico especialista, integrante da equipe técnica multidisciplinar das salas de justiça e responsável pelo que nesse momento se tornava obrigatoriedade: a realização de avaliações do comportamento, personalidade e criminalidade, além da elaboração de perícias. Desde então, a profissão se expandiu, porém ainda encontra dificuldades. Houve um aumento na demanda do psicólogo jurídico nas áreas do direito da família e Direito do trabalho onde antes predominava na área criminal. Mas, a grande

¹ Monitora bolsista no período 2011-2/2012-2

² Profª Drª Coordenadora do plano de monitoria da disciplina Psicologia Jurídica no período 2011-2/2012-1.
Contato: camorimg@gmail.com

diferença de práticas e modos de atuação dos psicólogos jurídicos de vários ramos ocasionou, segundo Lago (2008), a impossibilidade de encontrar uma identidade única e padrão de atuação (LAGO, 2009; DE LA IGLESIA, 2009).

Até 2002, no Brasil, só havia três faculdades de pós graduação em Psicologia Jurídica. Hoje, esse número aumentou e conta-se com cursos de pós graduação inclusive na Paraíba, mas ainda tem-se uma formação acadêmica deficiente na área resultando em profissionais pouco qualificados. No contexto internacional os cursos de pós graduação em Psicologia Jurídica são considerados obrigatórios (LAGO, 2009).

Tomando por base o contexto espanhol De La Iglesia (2009) aponta que os psicólogos jurídicos podem atuar em cerca de nove áreas, como forense, criminalista, judicial, vitimologia, do testemunho, etc. Esses profissionais em sua maioria são concursados e obedecem a um regime exclusivo, como podem ser constituintes de um banco ou lista de psicólogos jurídicos oficiais, mas não-exclusivos, a serem convocados quando preciso. Tanto na Espanha quanto no Brasil, a elaboração de laudos, pareceres e relatórios e realização de avaliações psicológicas são as atividades mais realizadas.

Portanto, são atividades desempenhadas pelo psicólogo jurídico a avaliação das condições psicológicas dos atores jurídicos; assessoramento a estes quando solicitados com assessoramento e intervenção quando solicitado e necessário; a formação e ensino dos operadores do direito; realização de campanhas de prevenção à criminalidade, principalmente nas populações de risco; a investigação, isto é, o estudo e pesquisa de temáticas ligadas ao campo da psicologia jurídica; e ainda , atuação nas áreas da vitimologia (LAGO, 2009).

O psicólogo jurídico tem como ferramenta de trabalho a avaliação psicológica e técnicas como testes psicológicos, entrevistas, psicodiagnóstico e investigação psicológica. O conhecimento, manipulação e interpretação dessas ferramentas demanda de grande responsabilidade e torna necessário o amplo conhecimento do campo, bem como dos psicodiagnósticos. É importante ainda uma boa formação em psicopatologia, conhecimento sobre a dinâmica judicial, saber reconhecer e considerar para além dos componentes intrapsíquico a dinâmica social e dominar a elaboração de documentos periciais. É de fundamental importância que esses conteúdos sejam bem explorados nos cursos de graduação (FIORELLI, MANGINI, 2010).

Essa disciplina se apresenta no terceiro ano de disponibilidade para o curso de Psicologia e em todo esse tempo de abertura para matrículas se mostra com grande procura. No último período letivo (2011.2) foram 40 alunos cursando a disciplina preenchendo todas

as vagas disponíveis. Pode-se contar com um nível de evasão de apenas 10%, o que é significativamente irrelevante quando comparado com outras disciplinas da graduação.

Esses dados demonstram o quão é significativo e importante o conhecimento dessa área de aplicação da psicologia ao campo jurídico, como também sobre a preparação dos alunos da graduação no compete a este campo de trabalho que se desenvolve atualmente no nosso contexto. A disciplina engloba a primazia dos princípios éticos apontados pela Associação Americana de Psicologia (APA) reforçando os critérios da competência, integridade profissional, responsabilidade científica e profissional, respeito pela dignidade das pessoas, preocupação com o bem-estar do outro e responsabilidade social.

DESENVOLVIMENTO

A disciplina compreende 60 horas aulas distribuída em 4 horas aulas para cada semana em um encontro semanal. Organizou-se os conteúdos de aulas de acordo com o proposto pela ementa da disciplina. Nesse sentido, os conteúdos foram divididos em 6 unidades que compreendem desde a contextualização e definição da Psicologia Jurídica no contexto brasileiro até as áreas de atuação processos de trabalho e noções de psicopatologia e transtornos mentais.

Por ser uma disciplina de conhecimento mais profundo de uma área da psicologia, espera-se que os alunos já tenham conhecimento prévio sobre assuntos que remetam a conceitos de natureza histórica da psicologia, visto que as disciplinas anteriores da grade curricular do curso já abordam temas relacionados. Essa disciplina se caracteriza então como uma disciplina preparatória de iniciação à especialização em um campo da Psicologia.

A disciplina foi ministrada por aulas expositivas com apresentação de slides, leitura de textos pertinentes e discussão de temas específicos para cada aula. O processo avaliativo se deu por meio da aplicação de três provas. Para cada duas unidades ministradas se fazia uma prova de avaliação do conhecimento. Entretanto, se deu a opção de se realizar um trabalho bibliográfico ou pesquisa de campo como forma de substituição da 3ª avaliação. Vale ressaltar que este trabalho foi de livre escolha dos alunos e após a entrega do trabalho escrito pediu-se uma apresentação do trabalho feito e resultados mais significativos enfatizando a relevância do estudo.

Os trabalhos foram realizados por no máximo quatro alunos por grupo e compreendeu temas que abordavam conteúdos de uma das unidades da disciplina. Essa disciplina também considera que serão aprovados os alunos que tenham 75% ou mais da presença nas aulas e aqueles com a porcentagem menor seriam reprovados por faltas segundo o regimento da

Universidade. O número de alunos inscrito na disciplina foi o total de 40 alunos e o índice de aprovação gerado correspondeu a 90% do total, desses 90% de alunos aprovados, 12,5 % (5alunos) fizeram prova final e obtiveram médias entre 5.9 e 7.4. Os outros 10% restante correspondeu ao total de alunos reprovados por falta (2) e por desistência (2).

Como recurso didático a disciplina contemplou a exposição de alguns filmes e documentários que contribuiu para rodas de debates em sala de aula e a aproximação do conteúdo com vivências reais. Os filmes e documentários utilizados foram A Guerra dos Roses, Gomorra e A justiça.

O cronograma de atividades e aulas foi distribuído de acordo com a vigência do período letivo. Tomou-se o cuidado para que se cumprissem todas as metas propostas pela disciplina no tempo disposto e ainda utilizar recursos de áudio e vídeo auxiliares para discussão e debates em sala de aula.

A disciplina cobre 60 horas aulas e se distribui em um encontro semanal em sala de aula, como dito anteriormente. Na organização do calendário de aulas houve a preocupação com datas comemorativas, eventos na universidade e no próprio Centro ao qual o curso pertence para assim evitar imprevistos e contra tempos.

Durante o curso da disciplina foram desenvolvidas atividades que estimulassem o alunado a desenvolver a análise crítica e discurso crítico de eventos acerca dos dilemas da Psicologia Jurídica, assim como conhecimento ético de direitos e deveres tanto do psicólogo como da sociedade e da equipe com que esse profissional irá se relacionar. Foram feitos debates em sala de aula estabelecendo um tema que era advindo da temática do filme e/ou documentário passado exibido.

A atividade desenvolvida pela monitoria junto aos alunos compreendeu na assistência e auxílio com materiais, estabelecimento de um diálogo direto entre professor e aluno, auxílio extra sala de aula em horários concertados para este objetivo e também houve a disponibilização do número de celular e criação de um e-mail para contato com o aluno quando fosse necessário. Na criação desse e-mail buscou-se manter uma lista de distribuição direta de informações para contato entre professor aluno e monitor. Também foi feito atendimento à distância, via chat eletrônico, fora do horário de aula.

Além do contato virtual, os alunos também tinham disponível um número de telefone pelo qual se marcava um contato presencial no ambiente já reservado e disponível para auxílio e dúvidas dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de monitoria de uma disciplina possibilita ao alunado um aprofundamento nos conteúdos e conhecimento, possibilitando ao aluno monitor um maior aprendizado. Também, para os alunos da disciplina, esse processo viabilizou a obtenção dos objetivos propostos pela disciplina de maneira prática, pois os alunos se apresentaram ativos nos debates em sala e responderam de maneira satisfatória as temáticas sugeridas demonstrando interesse pelos trabalhos na área.

A relação estabelecida entre professor e alunos (os que cursam a disciplina e monitor) também se apresenta importante na construção de conhecimento principalmente. Como processo de iniciação a docência é relevante esse primeiro contato em sala de aula por um aluno.

No que diz respeito à disciplina, observa-se que a Psicologia Jurídica tem papel importante na formação acadêmica dos futuros psicólogos e que não seria aconselhável deixar de estar presente na grade curricular da graduação de psicologia, fato que é satisfatório para nós alunos da UFPB e que infelizmente não condiz com a realidade da maioria das universidades federais do Brasil. Contudo, observam-se avanços na área ao perceber o número de trabalhos e estudos científicos que vem sendo desenvolvidos nesse campo de estudo, dando ênfase e qualificando esses profissionais.

Como monitora da disciplina pude perceber que dentro de toda a programação da disciplina foi contemplado assuntos que o Conselho Federal de Psicologia aborda em suas provas de seleção para habilitação de Psicólogo especialista em Psicologia Jurídica e que a maioria dos alunos ao final do curso se apresentaram preparados com conhecimento teórico para responder a um concurso de seleção e habilitação.

REFERÊNCIAS

- FIGLIOLI, J. O.; MANGINI, R. C. R. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Atlas. 2010. 426 p.
- LAGO, V. M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P.; ROVINSKI S. L.; BANDEIRA D. R. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos em Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 483-49, out./dez. 2009.
- DE LA IGLESIA, M.; DUPONT, M.; SILVESTRE, L. La Psicología Jurídica en el ámbito hospitalario: las prácticas profesionales y la dimensión simbólico-imaginaria en relación a los delitos/derechos sexuales. **Anuario de investigaciones**, Buenos Aires, v. XVI, p. 29-37, mar./may. 2009.